

A inserção do protestantismo no Brasil no século XIX: uma breve análise de duas teorias

Pedro Henrique Cavalcante de Medeiros¹

O presente trabalho pretende fazer uma breve análise de duas teorias clássicas na historiografia sobre a inserção do protestantismo no Brasil durante, principalmente, o Segundo Reinado, o chamado protestantismo de missão. Com esse objetivo, iremos abordar a tese de David Gueiros Vieira² e a de Boanerges Ribeiro³.

David Gueiros Vieira, historiador, pesquisou a relação que houve entre a maçonaria, o liberalismo e o protestantismo na Questão Religiosa⁴, ocorrida em 1873. A sua pesquisa é exaustiva no que diz respeito à utilização de fontes para comprovar a sua tese, tanto no quesito quantitativo quanto no qualitativo.

Boanerges Ribeiro, sociólogo, pesquisou as condições que teriam favorecido a inserção do protestantismo em nosso país. Ele observou as questões políticas, jurídicas e religiosas, inserindo-as no campo da história cultural.

Nossa metodologia será expor as duas teses, apontando os seus pontos de convergência e de divergência. A importância deste trabalho está no fato de que, até hoje, constatamos que são escassos os trabalhos acadêmicos acerca do assunto⁵.

1 – David Gueiros Vieira

Vieira defendeu o que poderíamos chamar de “teoria da aliança liberal-maçônica-republicana com o protestantismo”. Sua tese era a de que havia um complô liberal-maçônico nacional, e, mais especificamente, provincial, para separar a Igreja Católica Romana da Coroa, e, quando convinha aos maçons e liberais, eles se uniam

¹ Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Multidisciplinar em Nova Iguaçu.

² VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

³ RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo no Brasil Monárquico, 1822-1888: aspectos culturais de aceitação do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1973.

⁴ Em linhas gerais, foi o clímax do conflito entre Igreja Católica Romana brasileira e a Coroa, quando o Imperador D. Pedro II ordenou a prisão de dois bispos, Dom Macedo Costa e Dom Vital, por terem se negado a revogar a suspensão de irmandades que acolhiam maçons entre seus membros.

⁵ Fizemos uma pesquisa no portal da Capes, procurando verificar a quantidade de teses e dissertações existentes no Brasil acerca do assunto. Metodologicamente, procuramos, inserindo no campo de pesquisa do sítio, a seguinte sentença: “protestantismo Brasil”, ocultando a preposição, como resultado, encontramos apenas duas teses de doutorado e oito dissertações de mestrado em História, além de uma tese de doutorado em Sociologia. Sobre o assunto. Cf. CAPES. *Banco de Teses*. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>>. Acesso em: 04 de agosto de 2010.

contra o Protestantismo, mas não somente a ele, como também a todos os outros grupos minoritários que sofriam com a união da Igreja com a Coroa. “Os maçons fizeram frente comum com eles contra a Igreja Católica, como fizeram os espíritas e os judeus que se encontraram com os missionários. Era um caso de grupos de minoria unindo-se em autodefesa”⁶.

Vieira afirma que se baseou em duas premissas para o seu estudo, uma era a tese de Dom Antônio de Macedo Costa e do Arcebispo da Bahia, Dom Manuel Joaquim da Silveira; segundo eles, os grupos religiosos norte-americanos faziam parte do projeto imperialista americano para conquista das terras brasileiras. A segunda, de Bernard Fay e da Irmã Mary Crescentia Thornton, baseada em uma teoria conspiratória liberal de nível internacional que pretendia aniquilar a Igreja Católica Romana, usando como instrumento a Maçonaria. Logo após, afirma que depois de pesquisar diversas fontes, chegou à conclusão de que a primeira teoria não tinha fundamento, ao contrário da segunda. Entretanto, ele destaca que as teorias conspiratórias nunca são bem vistas, pois se baseiam em meias verdades que não podem ser comprovadas, mas que também não podem ser reprovadas.

Comprovou, em seguida, que houve sim uma cooperação entre liberais, maçons, republicanos, protestantes e grupos minoritários no Brasil contra o poder político da Igreja Católica Romana. No entanto, essa cooperação era, às vezes, local e, às vezes, nacional, mas, em geral, brasileira ligada a problemas internos do país. Contudo, não concorda com a teoria conspiratória internacional, a menos que se reconheça a Igreja Católica como um partido político estrangeiro e a maçonaria como uma organização internacional.

Além disso, outra evidência que desmascara essa teoria é a sinceridade dos religiosos da época e o fanatismo de vários grupos, evidenciados nas fontes. “A presença protestante no Brasil e seu envolvimento com o grupo maçônico-liberal fora o elemento catalítico das controvérsias locais que culminaram na luta entre os bispos e a Coroa”⁷.

Tratando sobre a Igreja Católica, Vieira defende que a Igreja Católica Romana no Brasil passava por uma situação muito delicada no século XIX. Do ponto de vista espiritual, o clero era ignorante e heterodoxo (jansenista), negligente quanto aos deveres espirituais, e, violador das regras do celibato. Do ponto de vista político, o uso e o abuso

⁶ VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo...* op. cit., p. 279.

⁷ *Ibidem*, p. 13.

do padroado enfraqueceram a independência da Igreja. Do ponto de vista econômico, como os clérigos eram pagos pelo governo, as cômruas eram mesquinhas e não eram reajustadas.

Para o autor, vários foram os elementos que entraram em conflito com a Igreja Católica Romana no Brasil, no século XIX, e o mesmo não ocorreu só nesse país, mas por toda a “Cristandade”. Os elementos eram: o galicanismo, o jansenismo, o liberalismo, a maçonaria, o deísmo, o racionalismo e o protestantismo, todos contra o conservantismo e o ultramontanismo da Igreja do século XIX.

Foram padres jansenistas que Pombal utilizou quando expulsou os jesuítas dos territórios portugueses. Tais padres eram formados em Coimbra, os quais introduziram no Brasil o catecismo de Montpellier, que defendia a leitura diária da Bíblia. O ultramontanismo defendia a dependência integral do clero a Roma. Para jansenistas, galicanos e liberais tal doutrina não deveria ser importada pelo Brasil e, caso já estivesse presente, deveria ser confinada dentro dos conventos e mosteiros para não “contaminar” o povo com “ideias absolutistas”.

Para David Gueiros, importa estudar sobre o liberalismo no Brasil as características defendidas por eles a favor “da completa liberdade de religião, do casamento civil e, eventualmente, da separação entre a Igreja e o Estado”⁸. O autor abordando o assunto da maçonaria no Brasil, destaca que ela nunca foi homogênea e que o rito escocês entrou no Brasil após o rito francês já ter sido estabelecido, conseguindo prevalecer sobre esse. Uma das características do rito escocês era a importância dada à leitura da Bíblia. Para o autor, isso dispôs os maçons desse rito a aceitarem a propagação da Bíblia e a defenderem aqueles que assim procediam, indo contrariamente aos ultramontanos. Ele montou em sua tese um esquema sobre os diferentes tipos de protestantismo existentes no Brasil no século XIX. São eles: “a) como ‘modernistas indiferentes e irreligiosos; b) como moderadamente religiosos, mas pregadores do ‘progresso’, da indústria e do comércio; c) como zelosos pregadores do Evangelho e distribuidores de Bíblias; e por fim; d) como místicos e fanáticos messiânicos”⁹.

Sem ser extremamente rigoroso com relação a enquadrar esses grupos, poderíamos escrever que nos grupos “a” e “b” destacaram-se os germânicos (alemães e suíços), os negociantes ingleses e americanos; no grupo “c” havia os missionários

⁸ Ibidem, p. 38.

⁹ Ibidem, p. 49.

evangélicos norte-americanos, os de Basileia (Suíça), e alguns capelães ingleses e germânicos, além dos missionários escoceses Richard Holden, Dr. Robert R. Kalley e os calvinistas madeirenses discípulos desse; no grupo “d” havia alguns colonos germânicos e, em geral, os nacionais que se convertiam.

Outra coisa destacada por Vieira era a diferença dentro do protestantismo entre os ortodoxos fundamentalistas e os protestantes seguidores da teologia liberal, quando os católicos acusavam os protestantes de negarem a divindade de Cristo, citavam os protestantes praticantes da teologia liberal. Ainda no grupo “b”, é elaborado outro esquema, pois, segundo ele, dentro desse grupo tinha os que eram contrários a qualquer tipo de proselitismo, pois temiam que isso prejudicasse os seus negócios, e aqueles que trabalhavam como voluntários de sociedades bíblicas distribuindo Bíblias no meio do povo. Mas eram grandes defensores do “progresso”, são esses que faziam com que liberais insistissem que a solução para o atraso brasileiro seria a imigração de mão-de-obra protestante.

O grupo “d” foi muito pequeno, mas foi ele que fez com que o protestantismo, como solução para o atraso do Brasil, fosse relativizado pelos liberais. Dois casos bem conhecidos foram os “Muckers” e o ex-padre José Manuel da Conceição.

Em seguida e até o final de seu trabalho, David Gueiros procura elucidar as relações que existiram entre os missionários protestantes e os liberais, os chamados “amigos do progresso”, que eram aqueles que defendiam o desenvolvimento técnico-científico do Brasil a qualquer custo. Para ele, os liberais daquela época sentiam-se inferiorizados quando comparavam o desenvolvimento da Europa e dos Estados Unidos com o do Brasil. “A revolução industrial parecia estar passando ao largo do Império, e os liberais queriam a todo custo importá-la. Entretanto, não tinham tido grande êxito, e assim, procurando um bode-expiatório, culpavam a raça da maioria e a Igreja Católica pelo atraso do país”¹⁰.

A afirmação de Vieira era a de que os liberais viam nos missionários protestantes a “salvação” para o Brasil, não tanto em questão de fé, mas sim, e, principalmente, no que concernia ao “progresso” e, se era necessário defender os interesses dos protestantes para esse “progresso” ocorrer, eles o fariam.

A Igreja ultramontana via esses missionários como agentes do imperialismo norte-americano para tomar posse das riquezas do Brasil, principalmente o Amazonas.

¹⁰ Ibidem, p. 239.

E viam que os liberais estavam corrompidos por estes agentes do imperialismo. Devido a isso, ocorreu o conflito conhecido como Questão Religiosa.

2 – Boanerges Ribeiro

Ribeiro defendeu o que poderíamos chamar de “teoria das condições favoráveis”. Sua tese era a de que, ao longo do século XIX, os políticos brasileiros criaram condições legais para a inserção do protestantismo no Brasil, e não só os políticos, mas a própria estrutura da Igreja oficial proporcionou tal inserção. “Nossa cultura criou condições para a introdução e o estabelecimento do protestantismo no país: não fomos forçados a recebê-la, mas recebemo-la deliberadamente, voluntariamente”¹¹.

Logo no início, elabora um esquema sobre as denominações protestantes que se introduziram no Brasil ao longo do século XIX.

Os presbiterianos, caracterizados pelo governo democrático-representativo, e pela teologia calvinista com ênfase na soberania divina; os metodistas, de governo monárquico-episcopal e teologia com ênfase na responsabilidade humana; os episcopais, com governo monárquico-episcopal e relativa liberdade de sistematizações doutrinárias; os congregacionais, de governo democrático direto (governo pela assembleia de todos os fiéis) e teologia calvinista; os batistas, de governo democrático direto, teologia calvinista, e restrição do batismo a adultos (ou, de qualquer forma, professantes). Os luteranos, de governo episcopal-sinodal, e teologia com ênfase na graça divina¹².

Para Ribeiro, a primeira brecha aberta para a aceitação do protestantismo no Brasil deu-se, em 1810, com a assinatura do Tratado de Aliança e Amizade, e de Comércio e Navegação, firmado com a Inglaterra. A partir desse momento, tem-se a celebração de cultos protestantes a bordo dos navios ingleses que ancoravam no Porto do Rio de Janeiro e em casas particulares de ingleses. Ainda em 1819, tem-se a construção do primeiro templo sujeito às limitações do Tratado. Entretanto, entende-se o primeiro templo como uma capelania e não como uma congregação protestante.

¹¹RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo no...* op. cit., p. 123.

¹² Ibidem, pp. 13-14.

Em 1824, desembarcava no Rio a primeira “colônia” protestante, que se fixa em Nova Friburgo, a partir desse momento, estabelecem-se outros núcleos protestantes por todo o Império. Para o Ribeiro, “[...] É evidente que a introdução do Protestantismo no Brasil não acompanhou certos modelos históricos de mudança religiosa [...] por isso mesmo, a adoção do Protestantismo por brasileiros não resultou, apenas, de um processo de acomodação social”¹³.

Segundo o autor citado, como não houve uma conversão da elite governante, a população não tinha nenhuma obrigatoriedade de mudar de religião, assim, o protestantismo, quando aceito, foi de “livre e espontânea vontade”.

Havia uma falta de comunicação entre a Igreja Brasileira e o Papado. A ausência de contato entre a Igreja brasileira e a Santa Sé, foi fruto do regalismo extremado do Marquês de Pombal. Antes de Pombal, a organização eclesiástica que controlava a Igreja brasileira era a Companhia de Jesus. O regalismo português, para esse autor, foi acentuado desde que a coroa portuguesa tinha ficado sob o controle da coroa espanhola. Sobre o que se pode pensar acerca do jansenismo, sustenta:

Embora, a partir de Pombal, alguma literatura jansenista tivesse tido curso, sob a complacência da Mesa Censória, contudo foi o regalismo que informou sua ação reformista; onde o sistema religioso português Josefino se aproximou do jansenismo foi no nacionalismo, expresso na hegemonia do poder político nacional sobre as hierarquias do sistema religioso. Mas não houve reforma nos cânones de comportamento do sistema religioso [...] na sociedade pombalina a religião continuou a ser o que vinha sendo¹⁴.

Sobre a tolerância religiosa garantida na Constituição, declara que ela foi feita de forma “consciente e deliberadamente”¹⁵. Mas ainda, comparando o projeto de Constituição, de 1823, com a Constituição, promulgada em 1824, afirma que o projeto de 1823 distinguia entre acatólicos cristãos, ou seja, protestantes, e outras religiões, essas seriam apenas toleradas e seriam restringidos os direitos políticos de quem as professasse, aquelas teriam liberdade religiosa e direitos políticos.

Na Constituição aprovada, os protestantes foram nivelados a todas as outras religiões, e o seu culto seria apenas permitido, como doméstico e particular, entretanto,

¹³ Ibidem, p. 21.

¹⁴ Ibidem, p. 25.

¹⁵ Ibidem, p. 31.

os cultos só poderiam ser feitas em casas para isso destinadas sem forma exterior de templo. Para o autor, a tolerância constitucional foi testada quando os protestantes começaram a se inserir e se estabelecer no Brasil. Devido ao regalismo dos dirigentes políticos, a “tolerância com restrições tenderá, e sempre mais, para liberdade com garantias”¹⁶. Os dirigentes acomodaram-se à presença protestante através de conflitos constantes.

Ribeiro defende que além dos conflitos que existiram entre a Igreja oficial e os protestantes, também havia querelas dentro da própria Igreja, divergências essas que possibilitaram a inserção do protestantismo no Brasil.

Encontramos na Igreja Católica Romana de então o catolicismo ‘ortodoxo’, tridentino, vaticanista, em competição (e, às vezes, em conflito) com o catolicismo regalista; a religião sacerdotalista, dos cânones de comportamento tridentinos convive e compete com o catolicismo caipira, ‘leigo’, por um lado; e, por outro lado, compete com religiões africanas, ou tenta suprimi-las. Mas a todas essas diferenciações cobre a mesma denominação: Igreja Católica Romana¹⁷.

Essas incluindo outras questões culturais facilitaram o acesso dos protestantes à população brasileira.

3 – Conclusão

Os dois autores trouxeram contribuições fundamentais para o entendimento da História do protestantismo brasileiro do século XIX. Segundo o próprio David Vieira, foram contemporâneos em suas pesquisas. A relação que houve entre políticos liberais e protestantes é confirmada na pesquisa de ambos.

A fragilidade da Igreja Católica Romana como um dos aspectos que deram acesso aos protestantes ao país também é confirmada por ambos. Entretanto, esses foram trabalhos iniciais sobre o assunto, em uma época em que a maioria dos trabalhos era muito biográfico e apologético. E, ainda hoje, trabalhos acadêmicos sobre o assunto ainda são muito escassos. Ainda, necessitamos de trabalhos que relativizem a visão

¹⁶ Ibidem, p. 34.

¹⁷ Ibidem, p. 50.

quase determinista desses autores, pois, como demonstramos, segundo eles, “tudo” cooperava para a inserção do protestantismo no Brasil.